



SUPERINTENDÊNCIA  
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

[www.suframa.gov.br](http://www.suframa.gov.br)

# Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **6 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, domingo, 16 de dezembro de 2012

**O ESTADO DE SÃO PAULO**

Desvendando o BNDES..... 1  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O ESTADO DE SÃO PAULO**

Tecnologia importada dá sinais de retomada ..... 2  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O GLOBO**

Contatos na União fizeram fortuna de ex-senador ..... 3  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O GLOBO**

Royalties para além do petróleo ..... 4  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O GLOBO**

Estados mineradores ficam com ICMS, ao contrário dos petroleiros ..... 6  
VEICULAÇÃO NACIONAL

**O ESTADÃO**

Governo vai criar instituto na Amazônia ..... 8  
VEICULAÇÃO NACIONAL

|                                                                                  |                                                        |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                       |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Desvendando o <u>BNDES</u></b>            |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

Falta transparência às operações do **BNDES**, segundo afirma em ação na Justiça a Procuradoria da República no Distrito Federal. O objetivo da ação é obrigar o banco a fornecer toda informação relevante sobre a destinação de recursos a empresas e entidades de todos os tipos. A cobrança de dados refere-se às operações em curso, às transações faturas e àquelas realizadas nos últimos dez anos. O **BNDES** recusa-se a fornecer detalhes dos aportes a clientes privados alegando sigilo bancário, segundo consta da ação. Esse argumento, de acordo com o **Ministério** Público, deixa de valer quando se trata do uso de dinheiro público.

Não pode haver dúvida quanto à origem pública dos recursos, porque o capital do **BNDES**, um dos maiores bancos de **desenvolvimento** do mundo, é inteiramente estatal. Além disso, seu caixa tem sido reforçado pelo Tesouro com empréstimos subsidiados. Apesar disso, aspectos relevantes de sua atuação permanecem na sombra. A instituição, segundo o **Ministério** Público, deve fornecer informações mais completas sobre a captação do dinheiro, os critérios de aplicação e as suas condições - prazos, juros, riscos, garantias e retorno.

Os dirigentes do banco alegam operar com ampla transparência e divulgam considerável volume de dados no site da instituição. São suficientes, talvez, para quem deseja conhecer genericamente as transações, mas insatisfatórios para quem procura pormenores mais completos para entender e avaliar o dia a dia das transações e as políticas seguidas no apoio a empreendimentos dos clientes.

A ação resultou de um inquérito iniciado em 2011 pelo **Ministério** Público, quando o banco anunciou a disposição de apoiar a fusão do Grupo Pão de Açúcar com a filial brasileira do Carrefour. A notícia causou espanto por vários motivos, a começar pelos aspectos legais da operação. Afinal, o Grupo Carrefour era concorrente do Casino, o sócio francês do Pão de Açúcar. Haveria obviamente um conflito, hipótese confirmada sem demora. Que interesse poderia ter o **BNDES** em assumir um risco desse tipo? Em segundo lugar, seria seu papel participar de uma associação entre dois grandes grupos de super**mercados**?

O assunto ganhou destaque na imprensa e, diante do conflito entre o Pão de Açúcar e o Casino, os dirigentes do banco decidiram recuar e renunciar ao envolvimento na operação. O episódio foi suficientemente intrigante, no entanto, para interessar o **Ministério** Público em mais informações sobre o funcionamento do **BNDES**.

Ao revelar a intenção de apoiar a iniciativa dos dirigentes brasileiros do Pão de Açúcar, a cúpula do **BNDES** deu novos motivos de inquietação a quem já acompanhava com estranheza suas operações. O banco foi criado, nos anos 50, para servir de instrumento a políticas de modernização e de fortalecimento da economia nacional.

Deveria, portanto, realizar missões estratégicas, como, por exemplo, canalizar recursos para novas indústrias, apoiar o fortalecimento do setor de bens de capital e contribuir para a elevação do nível tecnológico da agricultura. Missões desse tipo foram cumpridas com êxito considerável durante décadas. Qual o sentido estratégico, no entanto, do envolvimento com grandes grupos de frigoríficos, do fornecimento de recursos a grupos estatais poderosos e com acesso ao **mercado** financeiro internacional ou, ainda, do envolvimento na fusão de dois grupos de super**mercados**?

Por mais de um motivo o **Ministério** Público acerta ao acionar o **BNDES**, na Justiça, para agir com muito mais transparência em relação a seus critérios e a suas formas de operação. Os critérios são particularmente obscuros, porque é difícil perceber o caráter estratégico de várias grandes operações. Mas é evidente que o banco que deveria promover o **desenvolvimento** do País dedica-se, antes, a contemplar os projetos de alguns privilegiados. Assim, o dinheiro público alenta empresas que não teriam condições de prosperar se não estivessem nas graças do PT. Desse modo, formam-se embriões de monopólios que, além de premiar amigos e companheiros, minam o livre **mercado**, dele retirando empresas verdadeiramente competitivas. E tudo isso se faz com dinheiro transferido do Tesouro para o **BNDES**.

|                                                                                  |                                                                    |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO DE SÃO PAULO                                   |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Tecnologia <u>importada</u> dá sinais de retomada</b> |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO             | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

Iuri Dantas / Brasília

Dados compilados pelo Ministério do Desenvolvimento a pedido do "Estado" mostram aumento na importação de equipamentos de alta tecnologia. O movimento antecede, segundo técnicos, a recuperação do investimento privado, componente que comprometeu a expansão da economia brasileira nos dois primeiros anos do governo Dilma Rousseff.

O quadro sinaliza rom Pimento em relação aos cinco trimestres seguidos de queda do investimento das empresas, como mostrou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os números levantados pelo Ministério do Desenvolvimento se referem à compra de máquinas que não são produzidas no Brasil. Para adquirir esses bens lá fora sem pagar o Imposto de Importação, as empresas apresentam ao governo um projeto de investimento atrelado ao equipamento, como a aquisição de um robô para uma nova linha de produção.

De 2007 para cá, quando esse tipo de importação cresceu, a economia teve desempenho melhor no ano seguinte. Em 2009, por exemplo, a economia patinava, mas os pedidos de importação indicavam US\$ 51,6 bilhões em investimentos nos próximos meses. Em 2010, o Brasil cresceu 7,5%, o maior resultado desde a década de 1980.

Agora em 2012, o aumento nos pedidos de ex-tarifários, como a operação é conhecida no jargão técnico, repete o movimento observado há três anos. Os pedidos até o momento estão atrelados a US\$ 45 bilhões em investimentos, o que segundo a secretária de Desenvolvimento da Produção do Ministério, Heloísa Menezes, fortalece o otimismo com o desempenho de 2013.

"Geralmente, é o gargalo tecnológico que impede a produção no País", diz Heloísa. "Aumento de produtividade, esse é o lado importante. O ex-tarifário é um instrumento de aumento de produtividade."

A queda dos investimentos derrubou o PIB em 2011 e 2012, levando o governo a anunciar medidas como a desoneração de bens de capital, menor tempo para

depreciação de máquinas e equipamentos e prorrogação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

No fim de novembro, o IBGE surpreendeu ao informar crescimento de apenas 0,6% no terceiro trimestre. Segundo um economista do governo ouvido pelo Estado, as empresas privadas seguraram os investimentos por causa das incertezas com a crise, mas isso já está mudando.

Estrangeiros. Outro indicador de que os investimentos privados voltarão a subir em 2013, na avaliação do governo, é o perfil do Investimento Estrangeiro Direto (IED) e sua participação cada vez maior no PIB. Se os empresários brasileiros pisaram no freio, o mesmo não ocorreu com os investidores de fora.

Números obtidos pela reportagem mostram que o IED repre-; senta um porcentual cada vez maior da Formação Bruta de Capital Fixo, índice usado pelo IBGE como termômetro dos investimentos. Em 2010, os estrangeiros respondiam por 12% desse índice de formação de capital: Neste ano, a taxa bateu em 16%, acima dos 14% do ano passado.

Além disso, desde o início da crise é cada vez maior o volume de recursos de fora voltados para a compra de participação e sociedade de empresas brasileiras. Nesse tipo de operação, o investidor busca, primeiro, cortar custos e aumentar a produtividade, aperfeiçoando processos ou mesmo demitindo funcionários. Depois dessa etapa vem a decisão de investir para ganhar mercado e aumentar a lucratividade.

Segundo um integrante da equipe econômica, que falou sob condição de sigilo, o IED tende a aumentar no ano que vem. Os principais fatores são as obras de infraestrutura e da Copa do Mundo, o programa Minha Casa, Minha Vida e a exploração de petróleo no pré-sal. Esse interesse se reflete nos pedidos de ex-tarifários.

|                                                                                  |                                                                  |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O GLOBO                                               |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Contatos na União fizeram fortuna de ex-senador</b> |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO           | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

### Miranda exerceu mandatos no Senado sempre como suplente

SÃO PAULO - O ex-professor de natação de um clube de Brasília, hoje denunciado por corrupção, fez fortuna a partir das relações políticas criadas na capital federal. Deu o pulo do gato quando passou a ajudar empresas que pretendiam se instalar na **Zona Franca** de **Manaus**. Com contatos na burocracia federal, cuidava da documentação. Como contrapartida, em vez de honorários, pedia participação societária nas empresas.

O casamento, ainda nos anos 70, com a socialite Analice Scarpa, prima do playboy Chiquinho Scarpa, ajudou a abrir as portas das casas de grandes empresários paulistas para o ex-professor de natação. Ele se separou da mulher, mas manteve a influência graças ao papo agradável. Vive contando piadas e costuma ser o centro das conversas nas rodas que frequenta.

Nos anos 80, decidiu entrar na política, mas não quis se aventurar nas urnas. Conseguiu uma vaga de suplente na chapa de Carlos Alberto Di Carla, senador eleito pelo **Amazonas** em 1986. Assumiu a vaga em uma licença do titular. Em 1990, foi eleito o primeiro suplente de Amazonino Mendes, que acabou renunciando dois anos depois ao ser eleito prefeito de **Manaus**, deixando seis anos de mandato para Miranda. Teve destaque no Congresso, chegando a relatar o orçamento da União. Em 1998, foi o segundo

suplente do senador eleitor Gilberto Mestrinho. Entre novembro de 2005 e março de 2006, voltou a ocupar o posto com licenças do titular e do primeiro suplente.

### Sarney e Kassab: padrinhos

Fora do poder, manteve a força política. Em 2007, teve entre os padrinhos de seu casamento com a estilista Caroline Andraus Lane, 31 anos mais jovem, o senador José Sarney (PMDB-AP) e o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab. Hoje, aos 66 anos, ainda é procurado por figuras do mundo político e jurídico, neste caso, até daqueles que buscam indicação para ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Como parte de sua vida de luxo, sua mulher é conhecida como a principal consumidora no **Brasil** das roupas da grife francesa Lanvin.

Na Operação Porto Seguro, Miranda foi denunciado pelo crime de corrupção ativa. Ele teria subornado servidores para manter os direitos sobre duas ilhas do litoral paulista. Numa delas, possui uma casa. Na outra, pretende instalar um terminal portuário.

- Não vou responder a acusações pela imprensa e meu cliente não vai dar entrevista - disse Cláudio **PIM**entel, advogado do ex-senador.

|  |                                                        |                         |                        |
|--|--------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O GLOBO                                     |                         | EDITORIA               |
|  | TÍTULO<br>Royalties para além do petróleo              |                         |                        |
|  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

## Compensações pagas por hidrelétricas e mineradoras somam cerca de R\$ 4 bi e vão só para regiões produtoras

**Bruno Rosa**

**Henrique Gomes Batista**

Enquanto os royalties do petróleo abrem uma disputa no Congresso - com 23 estados não produtores tentando mudar contratos já assinados para garantir uma fatia maior dessas receitas - as compensações pagas por hidrelétricas e mineradoras, também chamadas de royalties, somarão mais de R\$ 4 bilhões este ano e ficam nas mãos apenas das regiões produtoras.

Somente os royalties das águas devem superar R\$ 2,2 bilhões este ano, dos quais 45% vão para os municípios afetados pela sua **produção**, fatia igual para os estados afetados, e 10% para a União. Já a atividade de mineração deve gerar R\$ 1,9 bilhão em receitas, das quais 65% vão para os municípios produtores, 23%, para os estados onde há extração e 12%, para a União. Somados, royalties de mineração e recursos hídricos devem atingir R\$ 4,1 bilhões.

Embora bem abaixo das compensações do petróleo, que somaram R\$ 17,9 bilhões este ano até novembro (R\$ 14,3 bilhões de royalties e R\$ 3,6 bilhões de participações especiais), os royalties da mineração e dos recursos hídricos cresceram 65,6% desde 2007 e podem duplicar nos próximos anos, com a construção de 11 hidrelétricas e a ampliação das alíquotas da mineração, em análise na Casa Civil.

Com o minério, as cidades de Minas Gerais e Pará são as que mais arrecadam. A líder do ranking é Parauapebas (PA), com R\$ 376,704 milhões. Em seguida aparece Nova Lima, em Minas Gerais, com R\$ 159,4 milhões.

O minério de ferro soma atualmente 81,25% das compensações financeiras da área, com R\$ 1,1 bilhão, de acordo com o Departamento Nacional de **Produção** Mineral (DNPM).

Segundo o DNPM, cada minério conta com uma alíquota diferenciada - a chamada Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Minério de ferro, fertilizantes e carvão têm taxa de 2%. A maior alíquota é de 3%, para minério de alumínio, manganês, sal-gema e

potássio. Há ainda as taxas de 1% (para ouro) e 0,2% (pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonados e metais nobres).

### Até água mineral paga royalties

Mas até água mineral e componentes de tinta e de fertilizantes geram royalties. No caso dos royalties das águas, que devem superar R\$ 2,2 bilhões neste ano, o pagamento é diversificado. Embora os municípios do Paraná liderem a lista dos que mais recebem, por causa de Itaipu, há cidades de Bahia, Goiás, Pará e Sergipe no topo da lista.

Na semana passada, o Congresso aprovou um requerimento de urgência para apreciar os vetos da presidente Dilma Rousseff ao projeto de lei que redistribui os royalties do petróleo. Entre outros pontos, ela vetou o artigo que altera contratos já assinados reduzindo os royalties de estados produtores, como Rio e Espírito Santo. A decisão poderá ser tomada esta semana.

Independentemente do embate em torno dos vetos da presidente, o projeto de lei prevê que, no novo regime de partilha do pré-sal, estados e municípios não produtores receberão uma parcela significativa dos royalties de blocos ainda a serem licitados, chegando a 54% do total em 2020.

Para alguns políticos, essa diferença no tratamento dos royalties pode gerar uma crise institucional.

- No dia da aprovação do projeto que divide os royalties de petróleo para todos os estados, propus uma emenda para que essa mesma regra valesse para todos os royalties. Foi rejeitada por aclamação. O caso é grave, não apenas para o Rio, mas para o país. Amanhã, os estados podem avançar sobre os outros royalties, acabar com a **Zona Franca de Manaus** ou os bilhões destinados pela União ao Distrito Federal, por ser a capital do país. Essa pressão da maioria não é saudável, desequilibra a federação - disse o deputado Rodrigo Bethlem (PMDB-RJ).

O senador Aécio Neves (PSDB-MG) acredita que esse tipo de disputa não é bom e só ocorre porque o **Governo Federal** não assumiu a liderança do debate federativo, que deveria incluir as novas regras do Fundo de Participação dos Estados (FPE). E, apesar de favorável à redistribuição dos

royalties do petróleo a todos os estados, ele lidera o discussão de um projeto para ampliar os royalties sobre a mineração, que beneficiaria Minas Gerais:

- Minas Gerais recebe R\$ 300 milhões por ano com esses royalties, enquanto o Rio recebeu R\$ 7 bilhões com o petróleo - afirmou.

Aécio quer triplicar o valor dos royalties da mineração. Para isso, propõe que a alíquota máxima passe de 3% para 4%, que o minério exportado seja tributado e que os royalties incidam sobre o faturamento bruto, não sobre o líquido (descontado o valor do frete e tributos, entre outros). Já o DNPM propôs elevar a alíquota a até 6%.

|                                                                                  |                                                                                          |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br><b>O GLOBO</b>                                                                | EDITORIA                |                        |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Estados mineradores ficam com <u>ICMS</u>, ao contrário dos petroleiros</b> |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO                                   | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

## Especialistas lembram que tributo funcionava com partilha de valores

**Bruno Rosa**

**Henrique Gomes Batista**

Além de estar perto de perder os recursos dos royalties do passado, os estados produtores de petróleo não ficam com o principal tributo da atividade, o ICMS. Este imposto é destinado aos estados onde há o consumo, exatamente o inverso do que ocorre no setor de mineração. Se o veto da presidente Dilma Rousseff cair na terça-feira, dizem os especialistas, a diferença será ainda maior: o Rio e o Espírito Santo perderão royalties e ICMS, enquanto os grandes produtores minerais, Pará e Minas Gerais, terão ao mesmo tempo os recursos da compensação e do tributo. No caso das hidrelétricas, a tributação também é no consumo, como no petróleo.

- Os royalties sempre foram uma espécie de compensação também ao fato de o ICMS, no caso do petróleo e da energia elétrica, ficar com o estado de destino (consumo). A alteração dos royalties deveria ser feita com uma revisão também dessa forma de tributação - afirmou João Guilherme Saver, sócio do escritório Villemor Amaral Advogados.

Segundo a advogada tributarista Bianca Delgado Pinheiro, o fato de o ICMS do petróleo ser cobrado no destino já é uma forma de partilhar suas receitas com outros estados.

- Já no caso do minério a tributação é na origem, ou seja, os estados produtores recebem com a compensação financeira e com o imposto - disse.

### AUMENTOS DE ROYALTIES

O advogado Fernando Scaff, especialista em royalties, afirma que não se pode discutir royalties de forma separada dos demais tributos que incidem nessas atividades. Ele lembra que a proposta para elevação das compensações dos minerais pode impactar negativamente os negócios no país:

- Para o empresário, o que importa é o custo total com tributos. Não é certo falar que os royalties da mineração no Brasil são mais baixos que na Austrália se, no total, a carga

tributária é maior. Insistir em aumentar os royalties pode afastar investimentos - disse ele.

Marco Antonio Valadares, diretor de Procedimentos Arrecadatários do DNPM, lembra ainda que houve um aumento das ações de fiscalização dos royalties minerais, no último ano, ao mesmo tempo em que a cotação do minério de ferro caiu no mundo. Ele cita que, após abril de 2011, muitas mineradoras correram ao órgão, pois passaram a ter seu nome inscrito no Cadim (cadastro de créditos não pagos do Governo Federal) caso as multas não fossem pagas, outro problema do setor:

- Mudamos também o tempo de prescrição da multa, que caiu de 20 para dez anos. Com a Vale, criamos um grupo de trabalho para avaliar várias questões. A pendência em relação à dedução de gastos com transporte (de R\$ 1,4 bi de valor devido) já foi pacificada - disse Valadares, lembrando que ainda faltam analisar outras frentes, o que, segundo a própria Vale, poderia levar o valor devido a R\$ 5,6 bilhões.

O advogado Eduardo Martinelli, do escritório Lobo & De Rizzo, diz que o governo está atento aos valores pagos por mineradoras:

- Mas o assunto do momento são os royalties do petróleo, pois os valores são maiores e alteram a capacidade de arrecadação dos estados. Geralmente, as mineradoras fazem o cálculo, e o governo é que vem questionar.

No setor de águas minerais, a briga é sobre a tentativa do DNPM de cobrar royalties pelo produto final, e não apenas pelo líquido:

- A proposta do governo é absurda, pois cobraria royalties sobre o valor da embalagem e da tampa, enquanto que a única coisa realmente passível de cobrança é a água - disse Carlos Alberto Lancia, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Água Mineral (Abinam), que reclama até da cobrança dos royalties sobre a água, um bem renovável e essencial para a saúde.

Os royalties das usinas hidrelétricas, contudo, não sofrem tantos questionamentos. De acordo com especialistas, isso ocorre porque os valores são pagos, principalmente, por empresas estatais.

## ROYALTIES NUCLEARES

### E PARA INDÍGENAS

De acordo com a Constituição, só podem pagar royalties as seguintes atividades econômicas: mineração, petróleo, gás natural e hidrelétrica.

— Para o caso de geração de energia eólica e nuclear, podem vir a ser criado outros impostos e contribuições, mas não royalties — explica o advogado Fernando Scaff.

Mas a ampliação dos royalties esteve no radar de alguns políticos. Quando era senador, por exemplo, o governador Sérgio Cabral chegou a propor, em 2004, um projeto que previa o pagamento de 5% de royalties sobre o faturamento bruto da atividade de geração de energia nuclear. O objetivo era compensar os riscos que a instalação causa à região onde está instalada.

A Eletronuclear, à época, fez sugestões ao projeto e mostrou que investe cerca de R\$ 200 milhões por ano em conservação ambiental, educação e saúde.

Outra mudança pode ocorrer nos royalties de hidrelétricas: a União tem pronta uma minuta de um decreto

que destinará parte dos valores pagos por usinas às populações indígenas afetadas pela obra. A ideia surgiu com o projeto de construção da usina de Belo Monte, em Rondônia.

Não há muitos questionamentos hoje sobre os royalties das hidrelétricas. De acordo com especialistas, isso ocorre porque os valores são pagos, principalmente, por empresas estatais.

No setor de águas minerais, a briga é sobre a tentativa do DNPM de cobrar royalties pelo produto final, e não apenas pelo líquido:

— A proposta do governo é absurda, pois cobraria royalties sobre o valor da embalagem e da tampa, enquanto que a única coisa realmente passível de cobrança é a água — disse Carlos Alberto Lancia, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Água Mineral (Abinam).

|                                                                                  |                                                                 |                         |                        |
|----------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------|
|  | VEÍCULO<br>O ESTADO                                             |                         | EDITORIA               |
|                                                                                  | TÍTULO<br><b>Governo vai criar instituto na <u>Amazônia</u></b> |                         |                        |
|                                                                                  | ORIGEM<br>INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO          | ENFOQUE<br>DE INTERESSE | VEICULAÇÃO<br>NACIONAL |

**Projeto, parceria do Ministério da Ciência e Tecnologia com empresas privadas, visa a produzir ciência e produtos com materiais da região**

**16 de dezembro de 2012 | 2h 07**

**João Villaverde - O Estado de S.Paulo**

BRASÍLIA - O Governo Federal vai constituir, no ano que vem, um instituto para pesquisas geológicas e científicas na Amazônia. O laboratório deverá ser instalado no Estado do Amazonas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) em parceria com as empresas que desejarem participar do projeto.

O instituto vai abrigar centros tecnológicos federais e também parques de pesquisa e plantas de companhias privadas. O governo quer produzir ciência e fabricar produtos com materiais da região. O Instituto Amazônia, como o projeto é provisoriamente chamado, já foi apresentado à presidente Dilma Rousseff, que deu sinal verde para a iniciativa.

Segundo o ministro Marco Antônio Raupp, o titular do MCTI, o Instituto Amazônia vai levar centros tecnológicos e estratégicos para a floresta, uma região ainda isolada da pesquisa científica de ponta praticada no resto do País.

De acordo com Raupp, que já foi presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Agência Espacial Brasileira (AEB) e completa um ano na Esplanada dos Ministérios em Brasília, o Governo Federal tem mantido contato direto com empresas que já atuam na região para modelar o novo instituto.

"Empresas como a Natura fazem um ótimo trabalho com o desenvolvimento de produtos daquela região e o Governo Federal precisa aprimorar isso, com pesquisas sobre território e vegetação, e levantar nesse centro de pesquisa também um catálogo do que é possível encontrar por lá, para desenvolver parcerias com empresas e outras áreas do próprio governo", afirmou Raupp.

**Mão de obra**

A ideia é desenvolver um projeto federal com recursos públicos e privados. Além da União, o instituto terá articulação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). Um dos objetivos do governo é aumentar a qualidade da mão de obra na região.

"Queremos levar cientistas e pesquisadores das melhores universidades e institutos federais para lá, aproveitar o interesse deles de estudar a Amazônia e fazer esse conhecimento ser disseminado", disse Raupp. "Temos de ter cientistas amazonenses."

Uma dificuldade que o governo está tentando contornar é a divisão dos recursos que serão gerados com a eventual comercialização do que for produzido em conjunto entre setor público e privado dentro do Instituto Amazônia.

"Há a questão do acesso à mata, para coleta de organismos para serem pesquisados, e depois como vamos repartir os recursos do que for descoberto e desenvolvido", disse Raupp.

Desbravando a costa. Outro foco do Ministério no ano que vem será a criação do Instituto Nacional de Pesquisas Oceanográficas e Hidroviárias (Inpoh), que terá como parceiros a Secretaria Especial de Portos e o Ministério dos Transportes.

O objetivo do Inpoh será o mesmo do Instituto Amazônia - desenvolver a pesquisa e a ciência, com base nos materiais da região (no caso do Inpoh, a costa brasileira).

"Vamos comprar um navio oceanográfico, que está entre os cinco mais bem equipados do mundo, com muita infraestrutura embarcada, de forma a nos ajudar nas pesquisas no fundo do mar, com foco especial em petróleo e minerais", disse Raupp.

O navio custa cerca de US\$ 80 milhões, segundo o ministro, e será adquirido com recursos do Ministério, da Marinha e das empresas Petrobrás e Vale. "Queremos conhecer a costa brasileira e tudo o que ela pode render

para o País em termos de recursos científicos e produtivos,

tal qual a **Amazônia**", afirmou Raupp.